



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

**CENTRO MUNICIPAL DE INTERPRETAÇÃO DE CAMPO
GRANDE – MS NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS
CULTURAIS. (2021-2024)**

**MUNICIPAL INTERPRETATION CENTER OF CAMPO
GRANDE – MS FROM THE PERSPECTIVE OF CULTURAL
STUDIES (2021-2024)**

Juveirce Christiane Medeiros Ramos Condi¹

Antônio Firmino de Oliveira Neto²

RESUMO

Em Campo Grande (MS) tem-se uma Central de Interpretação de Libras do Município (CMILCG) na qual presta o serviço de atendimento aos surdos quando solicitado agendamento, Campo Grande (MS) tem em torno de 7.000 pessoas surdas sendo estas (deficientes auditivas, Surdos sinalizantes e surdo não sinalizantes, bem como surdos oralizados e surdos não oralizados), sendo este o objeto de estudo. A problematização está relacionada com a Central de Interpretação de Libras se é garantido a promoção de acessibilidade comunicacional e direitos das pessoas surdas? Em relação a hipótese, percebe-se que mesmo tendo a CMILCG, ainda é pouco para que os direitos dessas pessoas surdas sejam garantidos, com a vivência que se tem na área, os direitos e garantias sociais da comunidade surda ainda está aquém de ser respeitada de fato. A metodologia utilizada é a exploratória, bibliográfica e documental, tem-se a vivência e experiência das dificuldades que os surdos tem enfrentado para poder ser compreendido nos locais que precisam de tal comunicação em sua língua materna, com a possibilidade de contato direto com o sujeito surdo, sua cultura sinalizante da Língua brasileira de sinais, bem como a atuação do profissional TILSP. O objetivo geral é analisar se a CMILCG está promovendo a inclusão e acessibilidade para a comunidade surda, facilitando a comunicação e a participação plena em diferentes esferas da sociedade campo-grandense. Apesar da garantia legal, as pessoas surdas totais ou parciais ainda enfrentam dificuldades no seu dia a dia, seja na saúde, na busca de seus direitos, mercado de trabalho, justiça e onde seja necessário a comunicação com essas pessoas.

Palavras-chave: Acessibilidade. Resistência. Intérprete de Libras. Surdos. Centro Municipal

¹ Mestranda em Estudos Culturais do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana (PPGCult/UFMS-CPAQ), juveirce.condi@ufms.br

² Doutor em Geografia, professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Aquidauana, firmino.neto@ufms.br



ABSTRACT

In Campo Grande (MS) there is a Municipal Libras Interpretation Center (CMILCG) in which it provides assistance to deaf people when scheduling is requested. Campo Grande (MS) has around 7,000 deaf people, these being (hearing impaired), signing deaf and non-signing deaf, as well as oralized deaf and non-oralized deaf, this being the object of study. The question is related to whether the Libras Interpretation Center guarantees the promotion of communication accessibility and the rights of deaf people? In relation to the hypothesis, it is clear that even with the CMILCG, it is still not enough for the rights of these deaf people to be guaranteed, with the experience in the area, the rights and social guarantees of the deaf community are still far from being respected in fact. The methodology used is exploratory, bibliographic and documentary, there is experience of the difficulties that deaf people have faced in order to be understood in places that need such communication in their mother tongue, with the possibility of direct contact with the subject. deaf, their signing culture of the Brazilian Sign Language, as well as the work of the TILSP professional. The general objective is to analyze whether CMILCG is promoting inclusion and accessibility for the deaf community, facilitating communication and full participation in different spheres of Campo Grande society. Despite the legal guarantee, people who are completely or partially deaf still face difficulties in their daily lives, whether in health, in the search for their rights, the job market, justice and wherever communication with these people is necessary.

Keywords: Accessibility. Resistance. Sign Language Interpreter. Deaf. Municipal Sign Language Interpretation Center - CMIL.

1. INTRODUÇÃO

A importância desse tema dá-se devido a relevância, permanência e continuidade do projeto desenvolvido pelo município de Campo Grande (MS) em ter um Centro Municipal de Interpretação de Libras para dar acesso aos surdos na acessibilidade linguística comunicacional, tão significativo para a comunidade surda como um objeto de resistência para comunidade que luta diariamente pelo direito de protagonizar a própria história.

2. ESTUDOS SURDOS E ESTUDOS CULTURAIS

A surdez, por muito tempo, era tida, na perspectiva da patologia, como deformidade a ser tratada. Ser surdo, ao longo da História foi ser estereotipado pela sociedade, estar a margem da sociedade. Houve toda uma representação do surdo tomando-se como base o ouvintismo, isto é, “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (Skliar, 1998, p.15).

A diversidade linguística e cultural dos sujeitos surdos nos apresenta uma especificidade



em relação as maneiras de se constituir, enquanto surdo. O estudo das representações linguísticas e culturais dos surdos, traz o aporte teórico dos estudos culturais tem sido denominado de estudos surdos.

Assim, como aborda Sarlo (2007, p. 9), sobre o passado e que culturalmente os surdos sofreram muito na pele para poder se posicionar e ainda sofrem com sua língua inacessível em muitos locais. O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade) (Sarlo, 2007, p. 9).

Por muito tempo, o estudo acerca da escolarização da população brasileira procurou compreender a origem social dos estudantes, inicialmente, com a categoria classe e, posteriormente, com a discussão em termos culturais (Soares, 1999).

Há notável variação, tanto em termos de compromisso quanto de prática, entre as diferentes comunidades ou no interior das mesmas — entre as distintas nacionalidades e grupos linguísticos, no seio dos credos religiosos, entre homens e mulheres ou gerações. Jovens de todas as comunidades expressam certa fidelidade as "tradições" de origem, ao mesmo tempo em que demonstram um declínio visível em sua prática concreta (Hall, 2003, p. 66).

A luz de Hall (2003), percebe-se que a comunidade surda perdura por si só, tendo dentro de si mesma diversas heterogeneidades, variantes e grupos linguísticos diversos, mas preservam sua cultura para que se mantenham as tradições.

Mas nem só de histórias negativas o povo surdo sobreviveu, como aborda também (Chimamanda, 2019, p. 9): “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”. Temos história de resistência e lutas, criações de leis, decretos visto que o povo surdo foi à luta por seus direitos.

Contar a história do povo surdo também pode trazer marcar definitivas para sua comunidade como ser agressivos por não os entenderem, mas nem todo surdo assim o é! Como percebe-se as mais variadas heterogeneidades dentro da comunidade e estigmatizá-las ou ter uma verdade única, dependendo muito da estrutura do poder.

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em *igbo* na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. (Chimamanda, 2019, p. 9).

A partir dos anos 1990, novos elementos foram acrescentados às pesquisas sobre escolarização nas camadas populares, a exemplo de raça, gênero, sexualidades, deficiência,



geração, origem geográfica, todos marcadores fundamentais para a compreensão dos processos de inclusão/exclusão nas instituições de ensino.

No Brasil, muitos surdos (as) ainda enfrentam, ao entrar para a escola, inúmeras dificuldades de conviver e aprender nesse espaço, relacionado, principalmente, pelo processo de desenvolvimento de práticas pedagógicas que não levam em consideração a sua língua materna e visual, no caso, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tendo uma identidade relacionado ao espaço visual para maior aquisição linguística.

Segundo a Lei n.º 10.436 de 24 de Brasil de 2002, art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único - Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil. (Brasil, 2002, p. 1).

Após a Lei 10.436 de 2002, a cultura surda ganha mais espaço, caminhando para valorização da identidade da comunidade surda e tendo a LIBRAS como forma de comunicação, tendo um sistema linguístico e estrutura gramatical próprios, com ênfase na visualidade para transmissão de ideias.

Segundo Skliar (2003, p.107): “pensar a escola, a partir do parâmetro linguagem possibilitará aos estudiosos (as) qualificar estratégias para que possam ser ouvidos e para que a escola passe a ver sujeito como um instrumento/meio de produção de sentidos”, assim como identificar diversos mecanismos de como utilizar pela escola os saberes, culturas, valores e identidades.

O trabalho educativo na escola ainda se orienta como base os alunos (as) ouvintes, conforme relata Strobel (2016). Tal fenômeno social tem implicações para o processo de ensino aprendizagem dos sujeitos surdos (as), pois após a Lei 9.394/96 e a Declaração de Salamanca (1994), as escolas devem trabalhar na perspectiva da educação inclusiva, e isto significa a escolarização de estudantes (as) com e sem deficiências nas classes regulares.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (Brasil, 2008, p. 1).

No Congresso de Milão, em 1880, toda e qualquer probabilidade de ensino da Língua de Sinais foi “esmagada”, pois o oralismo era o único meio que deveria ser utilizado para comunicação e educação dos surdos.

No Congresso de Milão, realizado no período de 06 a 11 de setembro de 1880,



reuniram-se cento e oitenta e duas pessoas, na sua ampla maioria, ouvintes, provenientes de Países como Bélgica, França, Alemanha, Inglaterra, Itália, Suécia, Rússia, Estados Unidos e Canadá, para discutirem a educação de surdos e analisarem as vantagens e os inconvenientes do internato, o período necessário para educação formal, o número de alunos por salas e, principalmente, como os surdos deveriam ser ensinados, oral ou gestualmente. Este Congresso que, no momento da liberação, não constava com a participação nem com a opinião da minoria interessada, um grupo de ouvintes impôs a superioridade da língua oral sobre a língua de sinais, e decretou que a primeira deveria constituir o único objetivo do ensino (MACHADO, 1999, p. 5).

Esse com certeza foi o período mais longo e que trouxe grandes consequências para a história na educação dos surdos e que predomina até os dias de hoje em muitos países, fazendo com que o oralismo fosse imposto ao surdo, e este por sua vez, foi sendo excluído da sociedade, dos ofícios que antes se destacava como cidadão, passou a ser visto como “o doente”, “o deficiente”, “o mudinho”, “surdo-mudo”, e como consequência, fez com que o próprio surdo se distanciasse de sua identidade e cultura linguística até então conquistada.

Após muita luta da comunidade surda, a situação começou a melhorar, na Declaração de Salamanca (1994) praticamente 100 anos depois do Congresso de Milão, essa situação começou a ter um outro caminho sendo anunciadas as diretrizes da Educação para todos, ou seja, uma ideia para a Escola Inclusiva, ganhando um respaldo com a Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) tendo como dever do Estado, segundo Artigo 4º, parágrafo III: “atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Declaração de Salamanca ativou o direito à educação para pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. O conceito de Escola Inclusiva conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial:

“...implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores preparam-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (Brasil, 1998).

Essas dificuldades que o aluno surdo tem ao matricular-se em uma escola regular de ensino são diversas, pois este está longe de sua cultura convivendo com um meio ouvinte, oralizado, tendo o intérprete como mediador educacional fazendo essa interação com o meio.

Segundo Woodward (2000, p.38), as identidades são produções históricas, sendo, portanto, “produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares”.



O processo histórico sempre se baseou em identidades fixas, entraram em colapso, graças as transformações sociais lideradas pela luta de mulheres, negros, gays, indígenas, dentre outros, a partir da década de 1970, passaram a reivindicar identidades.

Essas novas identidades emergiram em grandes movimentos de contestação política. Nesse contexto estão os negros surdos, que reivindicam a produção de uma cultura própria, a cultura surda. Ao reivindicarem identidades, os negros surdos chamam a atenção para a necessidade da abordagem de raça e da surdez. Partindo do pressuposto de que “as identidades são fabricadas por meio da marcação das diferenças” (Woodward, 2000, p.39).

Um ponto que presenciamos de interseccionalidade é quando abordamos a respeito da mulher negra e com deficiência. Essa interseccionalidade nos faz refletir como será o mundo para essa mulher, o que ela enfrenta ou enfrentou para se colocar no mercado de trabalho, para ser ouvida, para ser respeitada. Quantas lutas, será preciso travar para que esta consiga ter seus direitos respeitados.

Percebe-se que a trajetória dos indivíduos com deficiência é marcada por preconceitos e lutas em favor do direito à cidadania, de acordo com cada cultura e contexto histórico. Ao longo da história, o conceito de deficiência foi sendo compreendido sob diferentes concepções, modificando-se ou, até mesmo, se inter cruzando em alguns momentos. Na Idade Média, por exemplo, as pessoas com deficiência eram vistas como acometidas de castigo divino ou alguém digno de pena, que dependiam da assistência/caridade das pessoas, especialmente cristãs sem deficiência. (Eugenio & Silva, 2022, p. 29).

Com isso Santos, Kabengele & Monteiro (2022), versam sobre a interseccionalidade do capacitismo sendo tratado com quem merece viver ou morrer, abordando a necropolítica.

O Estado realiza suas políticas de morte (por isso, o termo, necropolítica) ao segregar, inviabilizar condições de dignidade e saúde até os segmentos oprimidos serem mortos diretamente pela ação ou pela omissão estatal. Por meio das lutas internacionais de movimentos de pessoas com deficiência, surgiram conquistas legislativas com impacto sobre políticas públicas, entre os quais a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, ratificada no Brasil por meio do Decreto n. 6949, de 2009. (Santos, Kabengele & Monteiro, 2022, p. 159)

A luta das pessoas com deficiência começou ter força na década de 70, ganhando força nos anos 80 culminando na proclamação do Ano internacional das pessoas deficientes pelas nações unidas, dando ênfase as pessoas com “necessidades especiais” como abordado na época. E de lá pra cá essa força tem ganhado cada vez mais visibilidade, mas tendo um caminho intenso a percorrer, como a Lei Brasileira de inclusão de 2015, está escrito mas ainda é necessário ter fiscalização para que ela seja cumprida além do papel.

A cultura surda é um dos elementos mais ricos e importantes de qualquer sociedade, mas devido à falta de acessibilidade, é necessário que aja uma mudança de paradigma para que os surdos possam participar dos eventos e acessível, seja em eventos seja em qualquer lugar da



sociedade, para que este possa também ser protagonista de sua própria história.

Os Estudos Culturais constituem um campo interdisciplinar onde certas preocupações e métodos convergem; a utilidade dessa convergência é que ela nos propicia entender fenômenos e relações que não são acessíveis através das disciplinas existentes. Não é, contudo, um campo unificado. (TURNER, 1990, p. 11)

Os debates a respeito dos estudos culturais somente passaram a existir na América Latina a partir dos anos de 1970, porém, foi somente nos anos de 1990 que os teóricos começaram a se identificar com o assunto.

Com a aplicação dos Estudos Culturais na América Latina, surgiram vários estudos de diferentes autores que se dedicavam a área de comunicação e recepção. Autores como Nestor García Canclini, Jesús Martín-Barbero e Guillermo Orozco Gómez, entre outros, foram englobados na rubrica “Estudos culturais latino-americanos”.

Segundo Stuart Hall (1996, p. 70), “[...] as identidades culturais não é jamais uma essência fixa que se mantenha, imutável, fora da história e da cultura. Nem é dentro de nós, algum espírito transcendental e universal no qual a história não fez marcas fundamentais”.

Para Hall (2008), os contatos permanentes com culturas e formas distintas de viver, abalaram as antigas concepções de “identidade” tidas até então como fixas, imutáveis e ligadas unicamente a um elemento agregador.

O autor refere-se a um descentramento do sujeito e de um constante deslocamento de “identidades”, que passa a ser associada às posições que o sujeito assume ao longo de sua trajetória. O caráter performativo da “identidade” do sujeito pós-moderno descarta a possibilidade de se pensar num sujeito contínuo ou na “identidade” como uma forma de suturar o indivíduo a uma única sociedade e posição social. Isso porque, os indivíduos são constituídos por várias formas de identificação e se deslocam continuamente de uma para outra, conforme são interpelados, se formando e transformando. Esses deslocamentos ocorrem tanto no âmbito social, em que novas formas híbridas tomam o lugar das decadentes identidades nacionais, quanto nas subjetividades, onde se observa a perda da ideia de um sujeito integrado. (HALL, 2008, apud Neves, 2021, p. 3)

Como afirma Hall, percebe-se que a cultura e identidade surda caminhavam juntos aos estudos culturais, sendo arraigados ao longo da história e percebendo que esses indivíduos que por ora foram discriminados ao decorrer do tempo são esses sujeitos e corpos que serão abordados como sujeitos do estudos culturais e estudos surdos.

Nas décadas de 1980 e 1990, auge do movimento de afirmação da comunidade surda no Brasil, o surdo ideal era aquele usuário fluente da língua de sinais, que namorava ou casava apenas com surdos, que não falava, que não usava nenhum tipo de aparelho auditivo, e acima de tudo, que tinha uma certa hostilidade com relação tudo o que vinha do “mundo dos ouvintes”. Era o que os surdos chamavam de “surdos-puros”. Esse fechamento em uma suposta “identidade surda” nos anos que sucederam ao oralismo é compreensível, tendo em vista a necessidade de se afirmar mediante o poder normalizador exercido historicamente pelos ouvintes. Entretanto, esse modelo de “surdo ideal” acabou excluindo da comunidade surda, aqueles surdos que não se



conformavam a este padrão, ou seja, que não eram fluentes na língua de sinais, que optaram por usar aparelho auditivo ou fazer a cirurgia do implante coclear, que gostavam de música, que tinham alguma deficiência associada a surdez etc. Contraditoriamente, a diferença era negada dentro de um grupo que buscava se afirmar como diferente. Ou seja, os processos de identificação quando não problematizados originam um pensamento estreito da diferença e são uma chave de ignição para a opressão. (Neves, 2021, p.4)

Percebe-se a identidade pertencente a esse grupo, o surdo fluente em língua de sinais e que não usava aparelho auditivo, esse surdo de nascença, teria a cultura surda arraigada. E quando Hall (1996, p. 51) aborda sobre multiculturalismo: “As sociedades multiculturais não são algo novo. Bem antes da expansão europeia (a partir do século quinze) — e com crescente intensidade desde então. Problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do "alto" período colonial, persistem no pós-colonial.

Discute-se a definição e o escopo dos Estudos Culturais, ressaltando a sua abordagem crítica e interdisciplinar das práticas culturais e dos processos de significação. A compreensão das relações de poder e resistência, as construções identitárias e as manifestações culturais são elementos centrais para a delimitação do campo dos Estudos Culturais, que busca analisar e problematizar as dinâmicas culturais e sociais de forma ampla e contextualizada.

Michel Foucault (1979), contextualiza a importância do pensamento do filósofo francês para a compreensão dos estudos surdos. Explora-se a maneira como Foucault abordou temas como poder, disciplina e vigilância em suas obras, fornecendo um pano de fundo teórico para a discussão sobre a relação entre vigilância, controle social e a comunidade surda. Além disso, apresenta-se a relevância das teses foucaultianas para a compreensão das dinâmicas de poder que permeiam a inclusão e o empoderamento da comunidade surda, fornecendo um arcabouço teórico sólido para as reflexões posteriores. “O problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade” (Foucault, 1979, p. 14).

Então os surdos que existem desde os primórdios, mesmo que para a sociedade tenham corpos imperfeitos esses sobreviveram e tem seu multiculturalismo bem marcado no meio sendo, esta comunidade heterogênea, e com diversas interseccionalidades que os faz viver a margem da sociedade.

Respeitar seus direitos e torná-los protagonistas da própria história perante suas diferenças para que exerçam igualmente sua cultura e poder.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução aos Estudos Culturais apresenta as bases teóricas e metodológicas desse



campo interdisciplinar, que investiga as relações entre cultura, poder, identidade e resistência. Além disso, explora a importância dos Estudos Culturais nas políticas públicas e na compreensão da diversidade cultural em contextos globais, fornecendo um panorama geral dos temas e reflexões abordados ao longo do trabalho.

Apesar da garantia legal, as pessoas surdas totais ou parciais ainda enfrentam dificuldades no seu dia a dia, seja na saúde, na busca de seus direitos, mercado de trabalho, justiça e onde seja necessário a comunicação com essas pessoas. A cultura e identidade surda perpassam na historicidade dos estudos culturais. Sendo assim, abordados paralelamente.

Reconhecer e valorizar a cultura surda dentro do contexto dos estudos culturais, pois os estudos surdos contribuem para uma visão mais inclusiva e diversificada mostrando o viés de pertencimento a essa comunidade. Com respeito a diversidade e promoção de igualdade e oportunidades igualitariamente.

Percebe-se que os estudos culturais e surdos estão interligados com diversos desafios e conquistas enfrentados por essa comunidade. Dar voz, ao surdo para que esse seja protagonista da própria história, são meios de valorizar a sua cultura, identidade e língua.

Promover a inclusão e o pertencimento do povo surdo respeitando suas diferenças, tanto nos estudos culturais como a sociedade como um todo, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Nos estudos culturais, como aborda Hall (1996) sobre as questões de identidade, cultura e poder e como essa cultura influencia e é influenciada pelas estruturas sociais, econômicas e políticas.

Já nos estudos surdos tem-se Paddy Ladd (2013), que aborda sobre a surdez cultural, onde destaca a importância de compreender a surdez não apenas como uma deficiência médica mas como uma identidade cultural rica e distinta com sua própria língua, valores e práticas.

Ambos teóricos oferecem insights valiosos para a compreensão das dinâmicas culturais e identitárias, nos faz refletir sobre a inclusão e poder nas sociedades contemporâneas. É o que queremos proporcionar para a comunidade surda para que tenha seu direito garantido igualitariamente.

4. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRASIL. Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 29 Abr. 2023.



- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei n. 9.394, de 23 de dez. de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial.** Brasília, 1998.
- EUGÊNIO, Josiane; DA SILVA, Alex Sander. “Os professores não sabiam o que fazer comigo!”: reflexões interseccionais de uma mulher negra com deficiência. **Educação em Revista**, v. 23, n. 1, p. 27-42, 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996, p. 68-75.
- HALL, Stuart. **Estudos Culturais: dois paradigmas.** In. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. (pp. 123-150).
- LADD, P. **Em busca da surdidade:** Colonização dos Surdos. Lisboa: Editora Surd’Universo, 2013.
- MACHADO, Paulo César; SILVA, Vilmar. Trajetórias e movimentos na educação dos surdos, 1999, p. 5.
- NEVES, Gabriele Vieira. Em busca da Surdidade: o entre-lugar da cultura surda na contemporaneidade. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 7, 2021.
- SANTOS, Sérgio Coutinho dos; KABENGELE, Daniela do Carmo; MONTEIRO, Lorena Madruga. Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 81, p. 158-170, 2022.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva.** Companhia das Letras, Belo Horizonte. UFMG, 2007. P. 09-22
- SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença:** e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SKLIAR, C. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- SOARES, M. **Linguagem e escola.** São Paulo: Ática, 1999.
- STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 4. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.
- TUNER, Graeme. *British Cultural Studies, An introduction.* Boston: Unwin. 1990.
- WOODWARD, Kathryn et al. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, v. 15, p. 7-72, 2000.